

Dívida federal pode chegar a R\$ 1 trilhão este ano

Rafael Neddermeyer/AE

Cenários levantados pelos técnicos levam em conta uma guerra entre EUA e Iraque

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – A dívida pública federal, interna e externa, poderá crescer 14% este ano, passando dos R\$ 893,3 bilhões registrados em dezembro para até R\$ 1,02 trilhão no final de 2003, segundo o plano de financiamento do setor público divulgado ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy. Num cenário mais otimista, essa dívida aumentaria apenas 5,2% chegando a R\$ 940 bilhões. As emissões de títulos da dívida externa poderão chegar a US\$ 4 bilhões em 2003.

Considerando apenas a dívida interna, que fechou 2002 em R\$ 632,2 bilhões, os técnicos estimam que ela fique em no mínimo R\$ 690 bilhões e no máximo em R\$ 750 bilhões em 2003.

Em todos os cenários os técnicos trabalharam com a hipótese de um conflito entre os Estados Unidos e o Iraque. Quanto mais tempo durar a guerra, maiores serão os reflexos negativos sobre o perfil do endividamento público. Nos momentos agudos de crise, o governo encontrou dificuldades para vender títulos no mercado, tanto para rolar a dívida quanto para captar novos recursos.

Por isso, o Tesouro dispõe de um "colchão de liquidez" de R\$ 50,825 bilhões para enfrentar eventuais dificuldades na administração da dívida. "É o suficiente", disse Levy. "Não podemos supor

que, por causa da guerra, as pessoas gastarão todo o seu dinheiro; a venda de títulos públicos tem relação com a disposição das pessoas em poupar." As projeções indicam que, neste ano, os vencimentos da dívida pública totalizarão R\$ 300,1 bilhões. Desse total, R\$ 220,2 bilhões correspondem à dívida interna, R\$ 45,9 bilhões são dívida externa e R\$ 34 bilhões, de responsabilidade do Banco Central.

Parte desses vencimentos será paga com recursos do Orçamento Geral da União que somam R\$ 50,5 bilhões. O go-



Levy: objetivos são financiamento de longo prazo para a dívida, menos riscos e o bom mercado de títulos

verno terá, portanto, uma necessidade de financiamento com emissão de títulos de R\$ 224,7 bilhões no ano.

Alongamento – Segundo Levy, toda a estratégia foi traçada tendo em mente os seguintes objetivos: permitir um financiamento de longo prazo para a dívida pública, reduzir seus níveis de risco e fazer com que a administração dos papéis permita o bom funcionamento do mercado de títulos.

Não são linhas diferentes das que nortearam a atuação do Tesouro nos anos anteriores.

Mais concretamente, os técnicos trabalharam com os seguintes objetivos: alongar o prazo médio de vencimento da dí-

vida dos atuais 42,6 meses para 45 meses; reduzir a participação de títulos indexados ao câmbio de 45,8% para algo entre 36% e 45%; aumentar a participação de papéis prefixados de 1,5% para 4%, num cenário desfavorável, ou para 11%, num quadro mais otimista; emitir mais papéis indexados a índices de preços, fazendo com que a sua parcela na dívida total passe dos atuais 9,2% para algo entre 9% e 13% e aumentar papéis indexados à taxa Selic dos atuais 41,8% para até 44%.

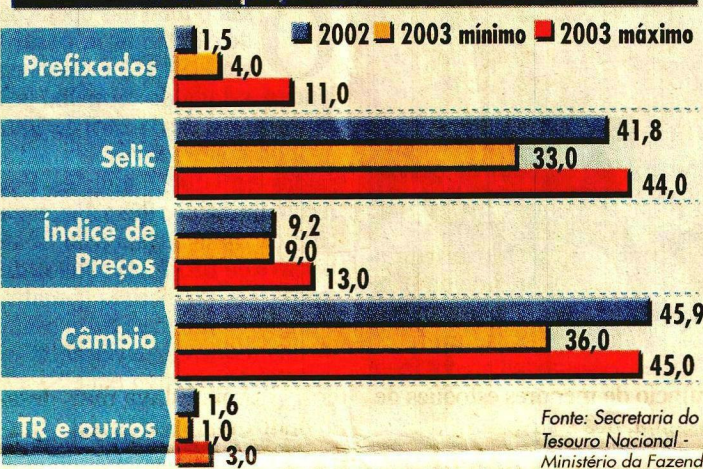
A concentração de dívida

CENÁRIOS PARA O ENDIVIDAMENTO

Evolução da dívida pública federal (interna e externa)

	2002	2003 (mínimo)	2003 (máximo)
• Estoques em poder do mercado (em R\$ bilhões)	893,3	940,0	1.020,0
• Prazo médio (em meses)	42,5	41,0	45,0
• Duração (em meses)	33,3	29,0	33,0
• Vencimento em 12 meses (em %)	32,7	31,0	38,0

Participação dos títulos (em %)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

vencendo em 12 meses passaria dos atuais 32,7 meses para 31 meses, num quadro otimista, ou para 36 meses, num quadro mais pessimista.

O coordenador da Dívida Pública, Paulo Valle, disse que não se projetou uma redução mais ambiciosa para papéis indexados ao câmbio porque parte deles é de responsabilidade do Banco Central, e não do Tesouro. Por isso, os técnicos optaram por uma hipótese bastante conservadora, de que o Banco Central não vai reduzir seu estoque

de papéis cambiais.

"Fizemos assim só para não ficarmos amarrados", disse ele. No entanto, a tendência é de que se concretize a hipótese mais otimista. Ou seja, a dívida interna indexada ao dólar reduziria sua participação no estoque dos 22,4% para 13%. Considerando dívida interna e externa, a queda seria de 45,8% para 36%.

Segundo Levy, a idéia é diminuir papéis indexados ao dólar e aumentar aqueles corrigidos pela inflação ou pela taxa de juros básica.

A venda de títulos públicos tem relação com a disposição das pessoas em poupar

Joaquim Levy, secretário do Tesouro